

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 158 – 03/08 à 07/08/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Contribuição patronal sobre salário-maternidade é inconstitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/08/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei 8.212/1991) que instituíam a cobrança da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade. A decisão, por maioria de votos, foi tomada no Recurso Extraordinário (RE) 576967, com repercussão geral reconhecida ([Tema 72](#)), julgado na sessão virtual encerrada em 4/8. A decisão servirá de parâmetro para a resolução de, pelo menos, 6970 processos semelhantes sobrestados em outros tribunais.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro Dias Toffoli cria Centro de Mediação e Conciliação no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 07/08/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, criou o Centro de Mediação e Conciliação (CMC), responsável pela busca e implementação de soluções consensuais nos processos em andamento na Corte. A [Resolução 697/2020](#), que prevê a medida, entrará em vigor na próxima segunda-feira (10). O centro será coordenado por juiz auxiliar da Presidência.

[Decisão que nega ingresso de amicus curiae em ADI é recorrível](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/08/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão realizada nesta quinta-feira (6), decidiu que é admissível recurso contra decisão que nega ingresso de amicus curiae (“amigo da corte”, ou terceiro interessado) em ação direta de inconstitucionalidade. O colegiado, entretanto, por decisão majoritária, negou provimento a agravo regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3396, interposto por um cidadão contra decisão monocrática do ministro Celso de Mello, que havia negado sua participação no processo.

[Procedimento Judiciário regulamenta resolução que trata do processo eletrônico no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/08/2020

A Secretaria-Geral do Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, nesta quarta-feira (5), procedimento judiciário para regulamentar a [Resolução 693/2020](#), editada em 22 de julho para atualizar regras de tramitação processual no Supremo Tribunal Federal (STF) e conferir novo formato ao processo judicial eletrônico no Tribunal. O Procedimento Ju-

diciário [11/2020](#) regulamenta a resolução em relação ao formato, ao tamanho do arquivo eletrônico pertinente, à ordem em que as peças deverão aparecer no processo e, ainda, trata da indicação e da nomeação das peças relevantes para análise do recurso e de outros aspectos relevantes para o cumprimento da resolução.

[Fechamento da empresa não afasta direito de empregado à estabilidade por acidente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/08/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Ferglass Indústria Comércio de Ferragens Ltda., de Cambuci (SP), já extinta, ao pagamento de indenização substitutiva referente ao período de estabilidade de um empregado. Segundo o colegiado, no caso de extinção da empresa, o empregado com estabilidade decorrente de acidente de trabalho tem direito à indenização correspondente ao mesmo período.

[Não recolhimento correto do FGTS é reconhecido como falta grave do empregador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/08/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de uma operadora de telemarketing da Legião da Boa Vontade (LBV) em razão do não recolhimento correto dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com isso, a LBV foi condenada ao pagamento das verbas rescisórias devidas no caso de dispensa imotivada.

[“Saúde e segurança nas relações trabalhistas” é o tema do mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/08/2020

O [Tema do Mês](#) de agosto da Biblioteca Délio Maranhão, é “Saúde e segurança nas relações trabalhistas”. A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST. O contexto da pandemia e da crise econômica e sanitária reforça ainda mais a importância do assunto.



Notícias do Executivo

[PGFN regulamenta Transação Excepcional para débitos apurados na forma do Simples Nacional](#)

Ministério da Economia - 07/08/2020

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regulamentou a Transação Excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). A modalidade está disponível para adesão, no portal [REGULARIZE](#), até 29 de dezembro de 2020.

[Trabalhador é resgatado de situação análoga a de escravo em obra na Bahia](#)

Ministério da Economia - 07/08/2020

Um jovem de 19 anos foi resgatado de situação análoga à de escravo por auditores fiscais do Trabalho, na última quarta-feira (5), em um canteiro de obras de construção civil na cidade de Feira de Santana (BA). Aliciado em Tanquinho, também na Bahia, com a proposta de emprego, ele morava no próprio local de trabalho e não tinha carteira assinada.

[Queda nos pedidos de seguro-desemprego continua em julho](#)

Ministério da Economia - 06/08/2020

As solicitações de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal, voltaram a apresentar redução em julho e somaram 570.543. O número representa uma diminuição de 8,8% na comparação com julho do ano passado (625.605). Na comparação com junho deste ano (653.174), houve retração de 12,7%. Na primeira quinzena do mês, as solicitações já haviam apresentado queda.

[Aumenta prazo para modificar acordos do BEm](#)

Ministério da Economia - 06/08/2020

Foi publicada, na edição desta quarta-feira (5/8) do Diário Oficial da União, a [Portaria nº 18.560](#) que aumenta, de dois para cinco dias, o prazo para que os empregadores informem ao Ministério da Economia modificação de acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) realizados com os trabalhadores. A medida visa dar mais flexibilidade para que sejam encaminhadas alterações acordadas entre trabalhadores e empregadores.

[Prazos de processos administrativos trabalhistas são prorrogados até retorno do atendimento presencial](#)

Ministério da Economia - 06/08/2020

Os prazos para apresentação de defesa e recurso, nos processos administrativos de autos de infração trabalhista e de notificações de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), antes suspensos por força da [Medida Provisória 927/2020](#), que não foi convertida em lei, foram prorrogados para após a reabertura ao público das unidades descentralizadas da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Liminar obtida pelo MPT impede venda de “túneis de sanitização” para acesso de pessoas a ambientes](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/08/2020

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) obteve liminar impedindo a Bioseta Saúde Ambiental Ltda. de fornecer produto ou serviço “relativo a estações (sejam cabines, túneis ou outras formas) ou aspersores de sanitização ou desinfecção para pulverização ou aspersão em seres humanos com a finalidade de combate à pandemia de Covid-19 ou eliminação/contenção/prevenção do contágio com o vírus SARSCoV-2”. Na mesma decisão, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Esteio determinou que a empresa faça contar em todo e qualquer documento ou divulgação “alerta de que não deve o equipamento/produto ser utilizado/aplicado, sequer por pulverização ou aspersão, em seres humanos”.

[MPT comemora ratificação universal de convenção da OIT sobre trabalho infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/08/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) comemorou a ratificação universal da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as piores formas de trabalho infantil. Essa foi a primeira vez na história da OIT que todos os seus 187 Estados-membros ratificaram uma convenção internacional do trabalho. A Convenção N° 182 alcançou ratificação universal após sua ratificação pelo Reino de Tonga, em 4 de agosto de 2020.

[Campanha do MPT visa a promoção da igualdade e o combate à discriminação no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/08/2020

Não é preciso ser uma pessoa negra, indígena, mulher, LGBTQI+, imigrante, uma pessoa com deficiência, idosa, entre outros, para defender mecanismos que permitam uma

maior inclusão social desses grupos e combatam a discriminação no trabalho. Com o objetivo de reforçar a importância das ações afirmativas, tem início hoje, 3 de agosto, uma campanha do Ministério Público do Trabalho que alerta: “Cota não é privilégio. Inclusão é um direito.”

[MPT apresenta sugestões para propostas legislativas voltadas à proteção do trabalho das mulheres](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/08/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentou sugestões para propostas legislativas voltadas à proteção do trabalho das mulheres durante webinar promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pela ONU Mulheres realizado no último dia 31. A videoconferência contou com mediação da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e abordou medidas para garantir a inclusão de mulheres na resposta à crise da pandemia da Covid-19.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Estatuto do Trabalho – Senador Paim e GT discutem dispositivos dedicados ao teletrabalho e ao trabalho por APPs](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/08/2020

O senador Paulo Paim (PT/RS) anunciou a retomada dos trabalhos da Subcomissão responsável por elaborar o Estatuto do Trabalho, que funcionou no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado desde agosto de 2017. A intenção é promover a elaboração de dispositivo dedicado ao teletrabalho e àqueles que trabalham por meio de plataformas digitais e aplicativos no texto da [Sugestão nº 12/2018](#), que propõe a criação do Estatuto do Trabalho. O documento é assinado pelos presidentes do SINAIT, Anamatra, ANPT e ALJT.

[SINAIT apresenta manifestação em Ação Civil Pública que discute a revisão das Normas Regulamentadoras](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/08/2020

Nesta quarta-feira, 5 de agosto, o SINAIT apresentou manifestação na Ação Civil Pública – ACP nº 0000317-69.2020.5.10.0009, em tramitação na 9ª Vara do Trabalho de Brasília (DF). A manifestação complementa o pedido de ingresso como assistente litisconsorcial que a entidade já havia apresentado.

[Conatrae – Grupos discutem e avaliam relatório do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/08/2020

Na segunda Oficina de Validação do Relatório de Monitoramento do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – PNETE, realizada nesta segunda-feira, 3 de agosto, de forma virtual os cinco grupos de discussão organizados pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae deram continuidade às avaliações do relatório apresentado.

Outras Notícias

[Juíza do Trabalho nega suspensão de execução, mas substitui índice de correção](#)

Consultor Jurídico - 07/08/2020

Dentro do prazo já em curso para pagamento espontâneo de execução trabalhista, caberá à parte interessada comprovar o depósito do valor da parte incontroversa, dos cálculos homologados da contadoria, apenas alterando o índice de correção para TR em todo o período. Com esse entendimento, a juíza substituta Ivy D. Lourdes Malacarne, da 4ª Vara do Trabalho de Vitória, substituiu o índice de correção monetária aplicada em caso de execução trabalhista que pode chegar a quase R\$ 2 milhões. Em vez do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mandou aplicar a Taxa Referencial.

[Empresa que não prova insuficiência econômica não tem direito a justiça gratuita](#)

Consultor Jurídico - 05/08/2020

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma microempresa que pedia a concessão de assistência judiciária gratuita em ação rescisória. Por unanimidade, o colegiado confirmou o entendimento de que as pessoas jurídicas não conseguiram comprovar a impossibilidade de arcar com as despesas do processo.

[Plenário do TST nega estabilidade a grávida em contrato temporário](#)

Consultor Jurídico - 04/08/2020

“É inaplicável ao regime de trabalho temporário, disciplinado pela [Lei 6.019/74](#), a garantia de estabilidade provisória à empregada gestante, prevista no artigo 10, II, ‘b’, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Com base nessa tese, [firmada](#) em 2019, o Plenário do Tribunal Superior do Trabalho negou recurso de uma trabalhadora. A decisão foi publicada na última sexta-feira (29/7).

[Empregador não é obrigado a pagar honorários a advogado particular](#)

Consultor Jurídico - 03/08/2020

O empregador que é derrotado em uma reclamação trabalhista não é obrigado a pagar os honorários advocatícios se o empregado for assistido na causa por advogado particular. Essa obrigação só existe se o trabalhador contar com a assistência do sindicato da categoria, segundo determinou o Tribunal Superior do Trabalho.



Atos Normativos

[PORTARIA SRT/GO N° 18.162, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/08/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre a localização da Gerência Regional do Trabalho e das Agências Regionais da Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRTb-GO), com as respectivas vinculações administrativas. (Processo 10162.102885/2020-33);

[PORTARIA SRT/RS N° 18.262, DE 31 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/08/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre os municípios de jurisdição da Superintendência Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul e das Gerências Regionais do Trabalho no Rio Grande do Sul (SEI/ME 10264.105076/2020-35);

[CIRCULAR CEF N.º 919, DE 31 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/08/2020 Seção I Pág. 56) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[MENSAGEM N° 431, DE 3 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 04/08/2020 Seção I Pág. 01) - Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, que “Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949;

[PORTARIA SEPRT N.º 18.560, DE 4 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 05/08/2020 Seção I Pág. 63) - Altera a Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, para dispor sobre os procedimentos operacionais relativos ao cumprimento de exigências e à interposição de recursos administrativos em face de decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm, de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de

2020 (Processo nº 19965.107128/2020-85);

[LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 5 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 06/08/2020 Seção I Pág. 01) - Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade;

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 101, DE 2020](#) (DOU de 06/08/2020 Seção I Pág. 03) - Faz saber que a Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020, que “Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 4 de agosto de 2020;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA ME Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 06/08/2020 Seção I Pág. 19) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

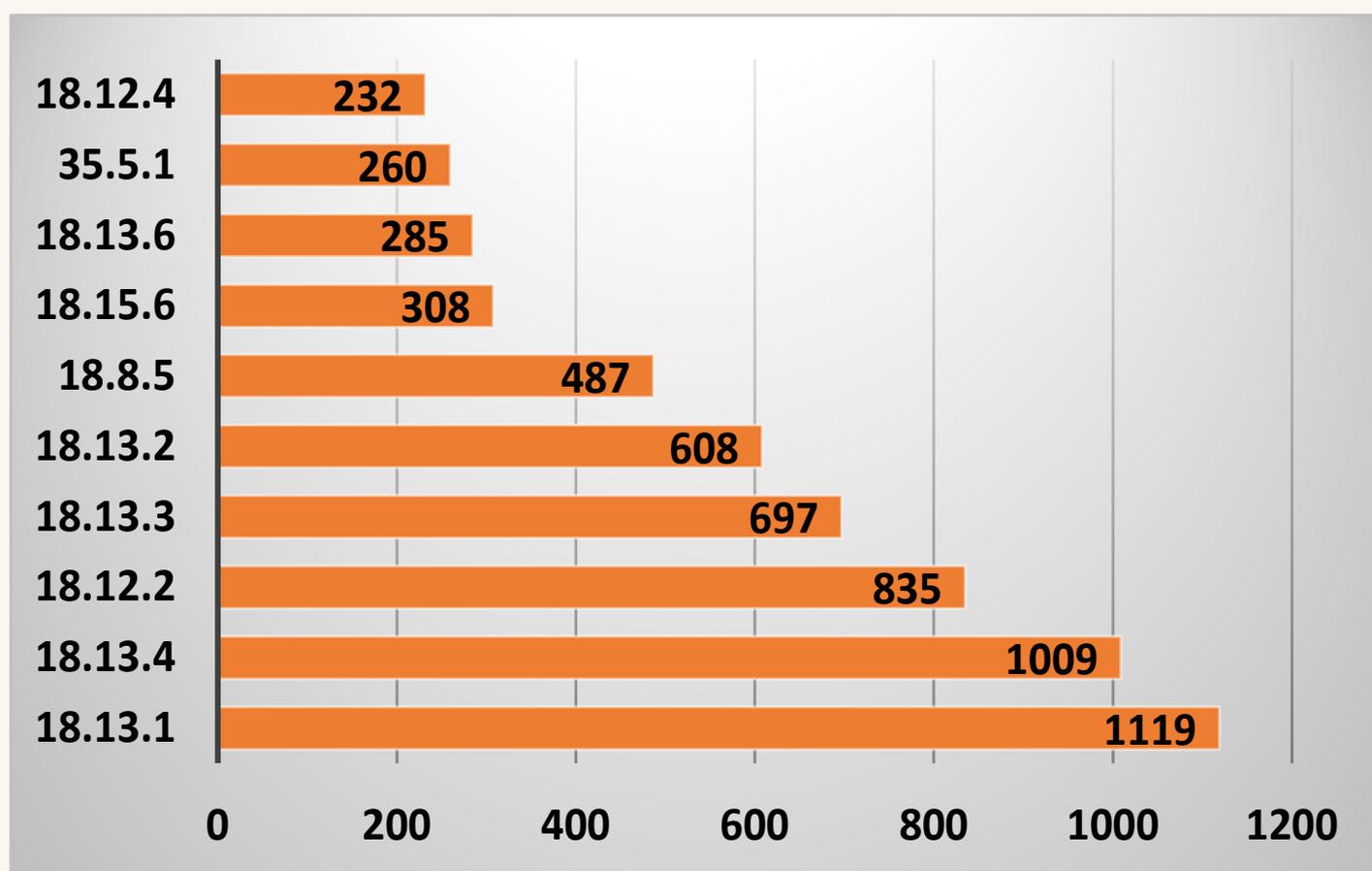
[PORTARIA SEPRT Nº 18.730, DE 6 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 07/08/2020 Seção I Pág. 13) - Dispõe sobre a localização das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais das Superintendências Regionais do Trabalho, com as respectivas vinculações administrativas, e desativação de Agências Regionais (Processo nº 19964.101104/2020-22);

[PORTARIA SEPRT Nº 18.731, DE 6 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 07/08/2020 Seção I Pág. 13) - Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2019:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

18.13.4. É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje

18.12.2. As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

18.13.3. Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.13.2. As aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.13.6. Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno.

35.5.1. É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura

18.12.4. É obrigatória a instalação de rampa ou escada provisória de uso coletivo para transposição de níveis como meio de circulação de trabalhadores.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula